

C A S S I A V A S S I

A mulher cubana e sua sociedade:  
da independência à revolução \*

Recebido em: 01/2007 \* Parecer: 06/2007

CASSIA VASSI: Universidade Estadual Paulista • Mestre em História pela Unesp/Franca.  
E-mails: cassiavassi@usp.br / cassiavassi@yahoo.com.br

#### Resumo

Após a revolução cubana de 1959, as mulheres foram inseridas no projeto revolucionário para formar uma “nova sociedade” na ilha. Muitas foram as estratégias para incorporá-las. A institucionalização do governo revolucionário, na década de 1970, fez parte desse projeto. Buscaremos examinar como se constituiu a imagem de mulher cubana, construída ao longo da história da ilha.

Palavras-chave: mulheres, Cuba, história da América

#### *Abstract*

*After the Cuban Revolution of 1959, the women were integrated into the revolutionary project to form a “new society” on the Island. There were many strategies to incorporate them. Instituting the revolutionary government in the 1970's was part of this project. We were searching as if the image Cuban woman, under construction through out Island's history.*

*Key words: women, Cuba, American history*

#### *Citação:*

Vassi, Cassia. A mulher cubana e sua sociedade: da independência à revolução. *Dimensões*, n. 19 (2007), Vitória (ES), NPIH/Ufes, 157-185.

## MULHER E HISTÓRIA CUBANA

A historiografia sobre a revolução cubana é vasta e de caráter ambivalente, ou até mesmo polarizado: da apologia militante ao rechaço total. Podemos dizer que os discursos inflamados, apaixonados e de repúdio à revolução aludem a momentos distintos (esperança na década de 1960 e certa decepção a partir da década de 1990). Primeiramente, não se pode esquecer o que representou a revolução cubana para toda a América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. E, num segundo momento, devem-se mencionar as oposições ao governo cubano, visto como totalitário: divergências entre este e seus opositores e os inúmeros dissidentes no decorrer do processo de instauração de uma “nova Cuba” (Foutaine, 1999:769-789).

Após a revolução cubana de 1959, o novo Estado buscou, de forma muito clara, apoio na instituição “família”. Houve a crença de que uma nova sociedade seria transformada a partir de novos valores que, por sua vez, minariam do núcleo familiar e, gradativamente, se universalizariam. A criação de um “novo homem” e o desenvolvimento técnico-científico seriam os pilares de uma nova era em Cuba (Cirulles, 1995; CUBA, Ministério de Justicia: 1977; Dominguez: 1984; Instituto de Investigaciones Culturales Latinoamericanas: 1991).

A figura da mulher é representada, na história cubana, de maneira exaltada em todos os momentos da história do país (Instituto de Investigaciones

---

\* Este artigo tem sua idéia principal na dissertação de mestrado, cujo título é: *Mulheres em Cuba: uma perspectiva jurídica (1901-1976)*. Defendida em 07 de novembro de 2006, na Faculdade de Direito, História e Serviço Social – Unesp/Franca, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Souza Lopes. Órgão financiador: Capes (março/2004-maio/2005) e Secretaria do Estado da Educação de São Paulo – Bolsa Mestrado (agosto/2005-agosto/2006).

Culturales Latinoamericanas, 1991). Produzida, sobretudo, após a revolução de 1959, essa historiografia foi ao encontro da construção de uma mulher forte e heróica, seja nas lutas pela independência, na república ou na revolução.

Podemos interpretar essa construção como uma das estratégias do governo revolucionário para formar a “nova sociedade”. A ênfase no papel da mulher sempre presente, combativa e atuante na história do país pode ser vista como a criação de narrativa para “estimulá-la” a continuar lutando, dentro das perspectivas revolucionárias, para mudar a sociedade. Essa estratégia pode exemplificar a tendência à ordem linear que predomina na historiografia sobre Cuba, onde:

La teleología debilita la interpretación radical: la revolución cubana se entroniza como el fin inevitable de un destino sagrado, sobre todo cuando a partir de 1959 comienza a verse el pasado con la lógica del nacionalismo radical, lo que impide que se tengan en cuenta las contingencias. El pasado, sin embargo, no constituía simplemente el preludio de la revolución, sino que abrigaba alternativas que nunca se hicieron realidad. [Tem-se então uma] tendencia al orden lineal que predomina en la historiografía cubana (Pérez-Stable, 1998:22).

Dentro dessa perspectiva linear, vemos que a mulher foi convidada diretamente a participar da história. Ela seria um elemento dessa linearidade que não poderia ser “rompida” e cujo destino final era o bem do país, e, no caso pós-revolução, o socialismo.

Em uma conferência da Unesco, em 1962, ficava evidente a importância da mulher, principalmente naquele momento, para Cuba. A necessidade de incorporá-la à população economicamente ativa fazia parte da formação do outro pilar para a nova sociedade (Comisión Nacional Cubana de la Unesco, 1962:11). Após a revolução de 1959, dentro da perspectiva de igualdade entre todos, a mulher foi vista de forma substancial. O argumento foi a necessidade de incorporá-la à força de trabalho.

Um ano antes de Fidel Castro declarar o caráter socialista da revolução cubana, a *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC) foi criada; fundada em 23 de agosto de 1960, permitia a filiação de maiores de 14 anos. Anteriormente a essa federação, existiram outras, como, por exemplo, a *Unidad Femenina Revolucionaria* (mulheres campesinas), *Hermanad de Madres*, *Grupo de Mujeres Humanistas* etc. Todas elas se fundiram nessa nova organização,

que estava estruturada, territorialmente, em âmbito nacional, provincial e municipal.<sup>1</sup>

O objetivo da *Federación* foi integrar a mulher à nova sociedade, utilizando como primeiro mecanismo a educação, seguida da instauração de círculos infantis e centros de geriatria. Enfim, a FMC tinha como preocupação o atendimento das necessidades das mulheres e de suas reivindicações, além de conscientizá-las sobre seu potencial e aperfeiçoá-las, dentro do que, então se acreditava, ser o melhor e mais conveniente, social e culturalmente.

As mulheres também se fizeram presentes na elaboração das novas leis do Estado socialista cubano, implementadas durante a década de 1970. Dentre as novas legislações, estavam o *Código de Família de 1975* e a *Constitución de la República de Cuba de 1976*. Tais legislações ratificaram a intenção de igualdade entre todos os cidadãos e o rechaço eloqüente às antigas leis e à forma como estas viam a mulher (subjugada e discriminada em uma sociedade “patriarcal” de herança ibérica).

Naquele momento de institucionalização, foi ressaltada a presença de mulheres nas lutas pela independência de Cuba, nas lutas contra as ditaduras, no apoio à revolução de 1959, e no processo de implementação do novo governo. Vemos o rechaço às velhas concepções sobre as mulheres como uma estratégia para se construir a visão de uma “nova” concepção sobre a mulher. Assim sendo, acreditamos ser importante analisar o entusiasmo e a insistência do Estado pós 1959 no seu trato com a figura da mulher.

O viés pelo qual procuramos entender a perspectiva de substituição da “velha” visão por uma “nova” visão sobre a mulher, é o viés jurídico. Uma vez esclarecidos alguns pontos, é de inestimável pertinência deixar claro que buscamos entender como a mulher foi compreendida pela legislação antes da revolução de 1959 e como foi vista depois. É destacável o fato de que, para alguns setores da sociedade, o Código de Família – promulgado em 1975 – representou o ponto mais significativo, até então, de conquista de todos os cubanos, mas, sobretudo, das cidadãs cubanas.

Se o âmbito privado da mulher cubana não é enfatizado aqui, isso não significa que desconhecamos sua importância. No entanto, uma vez que nosso

---

<sup>1</sup> A composição social da *Federación de Mujeres Cubanas*, era muito diversificada, dela eram afiliadas trabalhadoras, donas-de-casa, estudantes, aposentadas etc. Disponível em: <http://www.erusur.org/FLACSO/mujeres/cuba/orga-8.htm>. Acesso em 10 set. 2002.

objeto é a “mulher cubana cidadã”, tornou-se necessário considerá-la em sua esfera pública. Assim, suas atuações em conjunto, suas manifestações em grupo e suas possíveis conquistas a favor do coletivo são questões mais presentes neste artigo.

Para construir uma história – das muitas possíveis – sobre a mulher em Cuba, durante a república, é importante considerar as condições e as diferentes épocas em que se desenvolveram os elementos por nós eleitos. Um panorama sobre a mulher cubana e seu contexto se constitui em um artifício relevante para auxiliar na análise de sua atuação e como foi vista no decorrer do século XX. Nossa abordagem sobre a mulher cubana e sua sociedade tem como panorama central o século XX, embora seja importante reportarmo-nos à mulher nas duas lutas pela independência cubana em relação à Espanha. A primeira, entre 1868-1878, e a segunda, entre 1895-1898.

#### AS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA

A primeira guerra de Cuba pela independência ocorreu entre 1868 e 1878 e é conhecida como a guerra dos dez anos. Essa guerra não resultou no fim do domínio espanhol sobre Cuba. Seu resultado final foi o Pacto de Zanjón, firmado entre Espanha e Cuba em 1878, que estabelecia a paz, mas sem a independência da ilha.

A representação da mulher na história cubana, na segunda metade do século XX, enfatizou e enalteceu a participação dela na guerra dos dez anos. Um exemplo é a alegação de que, mesmo que Cuba tenha permanecido sob o domínio espanhol, um modelo – quase que um mito – a respeito da mulher nasceu no bojo dessa disputa: o modelo das *mambisas*. Segundo K. Lynn Stoner, historiadora dos movimentos feministas na América Latina e, sobretudo, em Cuba, esse modelo advém do fato de que

[estar na Mambisa, não significava estar em um lugar específico, mas] significaba vivir a la intemperie y en las condiciones más hostiles, como solo una hamaca y lo que las comunidades de campesinos proveyeran para comer. Irse a la manigua implicaba sufrir penurias para ser libres. (...) ‘mambi’ se refería a los negros de Santo Domingo, y el termino tenía la connotación de hombres malvados, repulsivos, viles, sucios y crueles que se ganaban la vida a fuerza de intrigas y engaños. Durante las guerras de independencia, los cubanos usaron la palabra para referirse a si mismos con simpatía. Sus tropas estaban sucias y desnutridas, pero fueron bravos combatientes

por la independencia que hicieron frente a las fuerzas españolas, superiores desde el punto de vista militar, por medio de astucias. Los patriotas cubanos se llamaban orgullosamente mambises. Y las mujeres se denominaron, por lo tanto, mambisas (Stone, 2003:31).

Assim, as *mambisas*, da segunda metade do século XIX, teriam rompido com o modelo vigente para as mulheres de setores médios e altos. Sem deixar de ser esposas e mães, teriam abandonado a proteção de seus lares e ido à luta. As mulheres de diversos setores sociais trabalharam como enfermeiras, manuseando armas, preparando alimentos e arrecadando fundos.

O exemplo das *mambisas* tornou-se digno de admiração para as mulheres em Cuba. De certa forma, ele teria colocado em questão o modelo ideal de mulher vigente: as mulheres, sobretudo as de altos setores sociais, tinham sua educação baseada na premissa de serem virtuosas mães, senhoras do lar, obedientes ao marido. Assim, esta concepção (apesar de questionada) permanecia:

La familia era el núcleo social que unía a todo un pueblo y preservaba las clases y la autoridad familiar. [...]

[...] El marido y cabeza de la familia, de acuerdo con la patria potestad, era el único administrado de la riqueza y las relaciones familiares. [...]

[...] La religión y la educación reforzaban su [da mulher] orientación familiar, mientras que el código penal permitía que los maridos mataran impunemente a sus esposas infieles (Stoner, 2003:32-33).

É veemente o destaque dado às mulheres quando da guerra dos dez anos. Segundo as narrativas – e isso foi tomado em outros “momentos de luta” – as mulheres estiveram em frentes de batalha para lutar junto aos seus esposos e pais. Se não em um fronte propriamente dito, atuaram sempre como enfermeiras, correspondentes, espíãs, traficantes de armas, no preparo de alimentos, escritoras etc, e não só na guerra dos dez anos, mas em todos os momentos posteriores, e onde julgava-se necessária sua participação.

Muitas das pessoas favoráveis a uma Cuba livre e que colaboraram com os insurrectos foram punidas pelos espanhóis com o exílio, prisão ou fuzilamento. Algumas mulheres que estavam dentre os exilados chegaram a organizar clubes nacionalistas, os quais se dedicaram à causa da independência e à arrecadação de fundos para essa causa. A primeira tentativa pró- independência cubana não obteve êxito. A guerra dos dez anos teve como fim o Pacto de Zajón, pelo qual

se estabeleceu a paz, mas Cuba continuou com o *status* de colônia espanhola (Riverend, 1985:43).

A participação das mulheres na primeira guerra pela independência teria se convertido em símbolo do sacrifício e do heroísmo cubanos. Essas qualidades, atribuídas à mulher, podem ser interpretadas aqui como o “começo” de uma história da mulher cubana que luta pela liberdade de seu país. Sob perspectiva linear, entendemos que, *ex post*, buscou-se o período das lutas pela independência para explicar um início. Diante disso, com aquele momento da história – final do século XIX, a mulher começou a ser mais destacada e enaltecida para alcançar a sempre almejada liberdade.

Com a instauração do Pacto de Zajón, em 1878, intensificou-se, no exterior, sobretudo nos Estados Unidos e na República Dominicana, uma articulação para reunificar setores cubanos pró-independência. Segundo Vega Cobiellas (1954:177), de 1892 a 1895, em viagens para aunar voluntades, conciliar opiniones, recaudar fondos y obtener la adhesión de los caudillos necesarios para la dirección de la lucha armada [...], recorrió los centros más importantes de los Estados Unidos, los más próximos a Cuba y los de mayor emigración, así como México, Santo Domingo, Haití, Jamaica, Costa Rica, Panamá, etc.

Foi nesse ambiente que José Martí criou o Partido Revolucionário Cubano (PRC), ao qual, até 1897, uniram-se 49 clubes revolucionários de mulheres. Dentre eles, estavam *Discípulas de Martí*, *Hijas de la Libertad*. A representação de mulheres nas reuniões do PRC era feita por homens previamente eleitos pelas afiliadas.

Na década de 1880, Cuba atravessou processos de grandes mudanças sociais e econômicas (Riverend, 1985:40). Em 1886, a escravidão foi abolida pela Espanha, que, para suprir a necessidade de mão-de-obra, intensificou fortemente a utilização dos chineses (Moreno Friginals, 1987:410). A partir daquela década, além de investimentos estadunidenses em setores mineiros cubanos, a indústria de refinação de açúcar do leste dos Estados Unidos concentrou-se financeiramente tanto no que se refere à posse de terras direcionadas ao plantio da cana-de-açúcar, quanto no tocante aos investimentos no processo de produção. A orientação estadunidense voltou-se para a obtenção, em Cuba, do açúcar cru, que lhe serviria de matéria-prima (Fernandes, 1979:35). Tal processo foi acompanhado de uma redução de preços do açúcar, principal produto da ilha, no mercado internacional. Diante de inúmeras mudanças econômicas, sociais e políticas, iniciou-se um novo alvoroço, que insinuou uma ocasião oportuna para fomentar uma nova tentativa de independência.

O *Manifiesto de Montecristi* chamava os cubanos às armas e a iniciar outro movimento emancipacionista. A segunda guerra de independência de Cuba começou em 1895, quando José Martí, Antonio Maceo, Máximo Gómez e outros independentistas, vindos de Montecristi (República Dominicana), desembarcaram na região oriental do país, com o objetivo de enfrentar as tropas espanholas e conquistar a independência de Cuba.

Uma figura de mulher grandemente destacada no que se refere à segunda guerra pela independência foi a de Mariana Grajales. Mãe de dez soldados, juntou-se às tropas na guerra dos dez anos e na segunda guerra. Diante da morte de alguns filhos, ela teria incentivado os seus mais jovens a também lutarem pela liberdade. Posteriormente, José Martí atribuiu-lhe o apelido de *la leona*. Martí viu em Mariana Grajales o que poderia haver de ideal nas mulheres cubanas naquele momento: uma junção de mãe e revolucionária. Os dois papéis teriam, segundo Martí, uma correspondência (Stoner, 2003:51).<sup>2</sup>

As mulheres participaram da segunda guerra pela independência, da mesma forma que da primeira, como soldados, no auxílio das conspirações, mensagens, enfermeiras, cozinheiras, escritoras, no processo para angariar fundos, etc. O discurso de Federico Cavada, general do exército revolucionário, pode nos servir de ilustração de como, linearmente, a figura da mulher foi, aos poucos, conquistando, não só prestígio, mas também, de forma retórica, um maior heroísmo:

Nuestras mujeres en particular merecen el aplauso y las simpatías de todo corazón sensible y generoso. Escondidas en lo más obscuro de los bosques, sufriendo hambre, desnudez y enfermedades, expuestas a la cólera brutal de la soldadesca inhumana que las persiguen sin tregua y las maltratan sin piedad, o bien huyendo desmelenadas y macilentas, arrastrando consigo a sus hijitos por las brañas y zarzales, ellas sufren, lloran y ruegan por la libertad de Cuba. ¡Con alguna razón se ha dicho que esta es la guerra de las mujeres!

Algo se está tratando ahora en la Cámara de Representantes (de los EE.UU.). Sobre la emancipación de la mujer y de su elevación a la altura social del hombre. En Cuba la mujer no necesita ya la intervención del hombre en ese sentido. Ella ha sabido igualarlo en su heroísmo y su abnegación. La insurrecta cubana se ha emancipado ella mismo,

---

<sup>2</sup> É interessante esta visão de Martí a respeito das mulheres como combatentes e mães, porque esta foi, justamente, retomada por Fidel Castro.

no de los tiernos y decorosos atributos de su sexo, pero sí de la calumnia que contra ella pudieron levantar la vanidad del hombre, al creerla cobarde, y al llamarla débil.<sup>3</sup>

Podemos identificar, nesse discurso, alguns pontos que, embora possam parecer óbvios, é necessário destacar. A mulher é colocada em patamar de igualdade, na valentia e no heroísmo, com os homens. Seu autor evidencia que, participando das lutas, a mulher se emancipou “de la calumnia que contra ella pudieron levantar la vanidad del hombre [...]”. No entanto, a elevação social e uma reforma legal que, dentre outras coisas, atribuísem o voto para as mulheres, era algo ainda distante.

Em maio de 1895, José Martí morreu e a corrente a favor do anexionismo aos Estados Unidos se firmava e crescia. Além de serem os principais consumidores do açúcar cubano, muitas terras e investimentos em Cuba pertenciam ou provinham de estadunidenses. O anexionismo era visto, pelos proprietários de terras, se não um bem, mais um mal menor. Exemplo disso é a carta do proprietário Tomás Estrada Palma – anos depois, o primeiro presidente de Cuba – que escreveu ao presidente norte-americano: *doy a usted la seguridad más completa de la cooperación del ejército cubano con las fuerzas militares de los Estados Unidos* (Winocur, 1979:31). Em abril de 1896, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a intervenção no conflito. Assim, os estadunidenses só se retirariam de Cuba quando houvesse garantias de estabilidade na ilha.

A Espanha enviou o capitão Valeriano Weyler para tentar, sem sucessos, conter o conflito. As forças independentistas cresceram cada vez mais. Em abril de 1898, os Estados Unidos declararam guerra à Espanha, com o argumento de que, semanas antes, o seu encouraçado Maine fora bombardeado em *La Habana* por tropas espanholas. A presença estadunidense no conflito possibilitou, mais rapidamente, a independência de Cuba da Espanha (Veja Cobiellas, 1954:363).<sup>4</sup> Três meses depois, o exército espanhol capitulou e em dezembro se firmou, em

<sup>3</sup> Manuscrito de Ana Moya de Perera, “La historia de la mujer cubana”. Caballero, *La Mujer*, 123-124. Citado por Stoner, 2003:55.

<sup>4</sup> Segundo Florestan Fernandes, esta situação “[...] poderia ser superada pelos espanhóis, pelos cubanos, pelos espanhóis apoiados pelos cubanos, pelos cubanos apoiados pelos norte-americanos, etc. Os interesses privados norte-americanos escolheram uma via própria, pela qual a solução passava por eles, amparados no poderio militar, diplomático e político do governo dos Estados Unidos [...]. O que prevaleceu foi a escolha que assegurava uma estabilização política pelo meio mais rápido, mais fácil e ‘mais prático’, com a garantia suplementar de que caberia aos cubanos montar e manter a ‘política da ordem estabelecida’ [...]”. In: Fernandes, op. cit., p. 36.

Paris,<sup>5</sup> o tratado de paz entre os Estados Unidos e a Espanha. Era o fim da guerra cubano-hispano-americana.

Diferentemente de Guam, Porto Rico e Filipinas – que passaram a ser protetorados dos Estados Unidos – Cuba ficou com a promessa de que sua soberania seria dada tão logo houvesse estabilidade política e econômica. O Tratado de Paris, entre Estados Unidos e Espanha, estipulou que a ocupação estadunidense em território cubano deveria prolongar-se até 1902; cessada essa, entrou em vigência a Emenda Platt, agregada à Constituição cubana. Essa emenda proporcionou também a instalação da base militar estadunidense em Guantánamo, no extremo Oriente da ilha. A Emenda Platt foi uma resolução conjunta, aprovada em 20 de abril de 1898, e teria como função:

[...] el conocimiento de la Independencia del pueblo cubano exigiendo que el gobierno de España renuncie a su autoridad y gobierno en la Isla de Cuba y retire sus fuerzas terrestre, y marítimas de Cuba y de las aguas de Cuba y ordenando al Presidente de los Estados Unidos que haga uno de las fuerzas de tierra y mar de los Estados Unidos para llevar a efecto estas resoluciones; el Presidente por la presente quedó autorizado para dejar el Gobierno y control de dicha Isla, a su pueblo, tan pronto como se haya establecido en esa Isla un Gobierno bajo una Constitución en la cual, como parte de la misma, o en una ordenanza agregada a ella se definan las futuras relaciones entre Cuba y los Estados Unidos[...].<sup>6</sup>

Uma vez que Cuba estava sob intervenção dos Estados Unidos, tal como regia a Emenda Platt, as reformas legais se converteram no centro da atenção dos legisladores cubanos, em parte porque as leis necessitavam de uma modernização, mas também porque o direito era uma das poucas áreas do Estado que estava em mãos dos cubanos.

Segundo K. Lynn Stoner (2003:56), o que dispôs os legisladores a trabalhar pela reforma do direito foram as alterações que outros países também

<sup>5</sup> Tratado de Paz entre España y los Estados Unidos de América, firmado en París el 10 de Diciembre de 1898. Disponível em: <http://www.autentico.org/paris.php>. Acesso em: 15 set. de 2004.

<sup>6</sup> Os oito pontos da Enmienda Platt se relacionam a não aceitação por Cuba que nenhum poder a subjugué; o direito de intervenção norte-americana na ilha para conservação da independência e garantia de vidas, propriedade etc; que atos norte-americanos em Cuba sejam ratificados e garantidos; o arrendamento ou venda de terras para carvoarias e estações navais, entre outros. Ver: [www.exilio.com/cubapley/eplatt.html](http://www.exilio.com/cubapley/eplatt.html). Acesso em: 03 jul. de 2003.

estavam fazendo a respeito de uma variada gama de leis, mas também as que se referiam às mulheres. Era, ainda, uma forma de dismantelar as regras espanholas de governar, mas, por enquanto, de não bloquear a intervenção estadunidense. Toda essa atenção dos legisladores cubanos deu esperanças a um nascente movimento feminista, que acreditava ser possível a conquista de direitos legais para as mulheres naquele momento.

O que se encontra a respeito da representação sobre a mulher cubana é a lenda da *mambisa*: a imagem de guerreira, mãe, patriota e de uma moralidade exemplar no núcleo familiar. Atributos desse teor, tidos como referência à cubana, uma vez construídos e compartilhados, seriam partes de um discurso retomado ainda em diversos momentos na história de Cuba no século XX.

#### TEMÁTICAS DAS MULHERES EM CUBA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Após a conquista da independência cubana, foram formadas várias associações “feministas”. Em relação a essas associações, é necessário ressaltar o que é idiossincrático em relação a Cuba: o termo “feminismo”, para as cubanas, possuía uma conotação própria. O movimento de mulheres cubanas adotou noções tradicionais de feminilidade e rechaçou a idéia da igualdade de gênero. Retratavam-se enquanto mães e requeriam proteção do Estado para garantirem igualdade em sua condição de trabalhadoras. Eram a favor da mulher, da família, da maternidade e dos filhos, além da

[...] adquisición de derechos legales que protegieran a la mujer del abuso familiar masculino, a darles la oportunidad de alcanzar el derecho de propiedad, así como a mejorar sus condiciones de trabajo. De manera que su orientación se diferenciaba de la de las angloparlantes, aunque compartían el criterio de que las mujeres eran ciudadanas, con todas las prerrogativas y obligaciones que este estatus les otorgaba (Instituto Jacques Maritain de Cuba, 2000:43).

O propósito das associações feministas era divulgar algumas questões que lhes eram caras, a saber: em 1912, formou-se o *Comité de Sufragio Femenino*, para reivindicar a participação política das mulheres; havia a *Asociación Femenina* de Camagüey, um clube intelectual e feminista, que publicou a primeira revista feminina de Cuba; a *Asociación de Damas Isabelinas* era dedicada à beneficência para com as crianças tuberculosas. E ainda, criado em 1917, o *Club Femenino de Cuba*, preocupado com assuntos como o fim da prostituição, o

estabelecimento de prisões só para mulheres, juizado de menores e obtenção de direitos. Muitas vezes, tais organizações divergiram acerca de algumas questões. Membros de grupos de mulheres se relacionavam com políticos de idéias semelhantes às suas: conservadores, moderados ou radicais. Assim, segundo Stoner (2003:84), *las feministas moderadas apelaron a los miembros de los partidos Nacional y Liberal para conseguir el voto. Las feministas progresistas lo hicieron con los reformistas activos, como los dirigentes de los partidos Auténtico y Liberal, para lograr un amplio bienestar social y reformas laborales. Las feministas radicales colaboraron con las organizaciones revolucionarias fuera del gobierno para conseguir un orden político y económico marxista.*

Em virtude do contexto político, econômico e social que permeava Cuba, a partir de 1923, as mulheres começaram a se reunir em congressos nacionais. O primeiro foi realizado em 1923; o segundo, em 1925, e o terceiro, em 1939. Tanto nos congressos de mulheres ou em legislações, entre 1918 e 1940, podemos destacar três temáticas que foram mais caras às mulheres: o divórcio, a legitimidade de filhos ilegítimos e o sufrágio.

#### O DIVÓRCIO

As leis sobre direito de família foram assuntos dos quais se ocuparam os políticos cubanos após a independência. As convenções sobre os direitos de propriedade, autoridade legal e as relações familiares estiveram entre as primeiras reformas civis que foram levadas adiante.

A legislação que fora estendida a Cuba pela Espanha, em 1889, via a mulher como indefesa e submissa ao homem (primeiro aos pais, depois ao marido). Segundo a Constituição de Cuba de 1901 e a sua reforma de 1902, todos os cubanos eram iguais perante a lei, e a república não reconhecia foros, nem privilégios pessoais. (Constitución de 1901; Constitución de 1902). O Código Civil mostrava a mulher em uma situação de subjugo. A concomitância entre legislações de modelos espanhóis e a legislação da república causava algumas incoerências, como a citada.

As opiniões das mulheres sobre o divórcio eram as mais diversas. As que eram contra consideravam o divórcio como irreligioso; mais ainda, acreditavam que ele ofereceria a possibilidade de as mulheres serem expulsas, legalmente, de suas casas. As mulheres que eram favoráveis ao divórcio argumentavam que um matrimônio feliz era um bem sublime, porém a lei ofereceria maior liberdade para resolução das necessidades individuais, ou seja, uma vez

que o matrimônio não fosse mais benéfico para as pessoas, haveria a flexibilidade para a sua dissolução.

A lei do divórcio foi aprovada somente em 1918, durante o governo do presidente Menocal Deop, que não a deferiu pessoalmente, mas deixou que expirasse o prazo para o veto, fazendo com que o projeto fosse convertido em lei sem a sua assinatura.<sup>7</sup> É importante ressaltar que o reconhecimento dos direitos das mulheres foi um dos elementos que impulsionou os legisladores a aprovarem o divórcio, mas não foi somente ele. Fizeram parte também dos objetivos da lei do divórcio: a possibilidade de oferecer às pessoas a oportunidade da dissolução de matrimônio; reduzir o *status* político da Igreja católica em Cuba; além disso, dar ênfase à imagem de um Estado forte e moderno. É importante deixar claro que várias intenções e estratégias tiveram relevância para a aprovação da lei do divórcio (Stoner, 2003:74-81).

No processo de separação entre Estado e Igreja, além da aprovação da lei do divórcio, foi importante também o novo direcionamento dado à educação. Logo após a independência de Cuba, houve uma preocupação especial com a educação dos jovens. Um Estado forte e soberano deveria ser “deslaicizado” e o pensamento racional deveria sobrepor-se à fé, com a utilização dos valores positivistas. Em especial, dois artigos da *Orden Militar de 1902* – modificações da Constituição de 1901 e anexação da Emenda Platt – podem ilustrar a separação:

Es libre la profesión de todas las religiones, así como el ejercicio de todos los cultos, sin otra limitación que el respeto a la moral cristiana y al orden público. La Iglesia estará separada del Estado, el cual no podrá subvencionar en caso alguno ningún culto (Constitución de 1901, artigo 26).

La enseñanza primaria es obligatoria, y así ésta como la de Artes y Oficios serán gratuitas. Ambas estarán a cargo del Estado mientras no puedan sostenerlas, respectivamente, por carecer de recursos suficientes, los Municipios y las Provincias (Constitución de 1901, artigo 31).

O artigo 26 da Constituição de 1902 mostra a desvinculação entre Estado e Igreja e o artigo 31 o compromisso que o Estado assumiu com a educação,

---

<sup>7</sup> Podemos utilizar esse fato para destacar o quanto foi polêmico este assunto. Este não comprometimento do presidente Menocal Deop, deveu-se, em grande parte, ao vínculo que este e sua esposa possuíam com o papa Pio X.

responsável, então, pela formação dos não só futuros cidadãos, mas futuros cidadãos laicos.

#### LEGITIMIDADE DOS FILHOS ILEGÍTIMOS

A legitimidade dos filhos ilegítimos foi uma temática que despontou com intensidade durante e devido ao *Primeiro Congresso Nacional de Mujeres*, de 1923, e teve seu auge no segundo congresso, em 1925. Breves considerações sobre Cuba no início da década de 1920 podem auxiliar uma melhor compreensão do ambiente no qual se desenrolou o Congresso de 1923.

Durante as primeiras duas décadas do século XX, a economia cubana cresceu consideravelmente devido a relações comerciais com os Estados Unidos; 70% da produção açucareira provinha de plantadores com capital estadunidense, posto que:

[...] o mercado norte-americano estava em crescimento e como a I Grande Guerra abriu oportunidades súbitas às refinarias e aos especuladores norte-americanos – a guerra interferiu sobre a produção açucareira da Europa e criou dificuldades ao transporte do açúcar de zonas mais ou menos distantes, como Java – Cuba tornou-se cenário de 'uma verdadeira orgia de investimentos norte-americanos' [...]. Tais investimentos dirigiam-se tanto para o açúcar como para a mineração, as estradas de ferro, a indústria manufatureira e a rede bancária (Fernandes, 1979:45).

Na década de 1920, bruscas quedas no preço do açúcar provocaram crises bancárias em Cuba, o que resultou na ruína de numerosos proprietários locais (Riverend, 1985:47). Foi, também, um claro indício de que a economia cubana não poderia continuar crescendo exclusivamente sobre o açúcar. A década de 1920, em Cuba, representou um momento de enormes desafios para a administração do presidente Alfredo Zayas. A opinião pública relacionou corrupção, traição dos ideais da independência, assim como a presença estadunidense, como causas de um fracasso republicano.

O governo de Alfredo Zayas (1921–1925) foi marcado por diversos movimentos – estudantis e trabalhistas – contra as intervenções dos Estados Unidos. Os estudantes, liderados por Julio Antonio Mella, encontraram como órgãos de representatividade a Federação de Estudantes Universitários e a Liga Antiimperialista. Posteriormente, os mais radicais, incluindo Mella, fundaram o primeiro Partido Comunista de Cuba. Grupos de trabalhadores cristaliza-

ram-se – sentindo os ecos da Revolução Russa – em uma Central Nacional de Trabalhadores, em 1925. Durante a Terceira conferência Nacional do Trabalho, os sindicatos fundaram a *Confederación Nacional Obrera de Cuba* (CNOOC) para dar mais força às demandas trabalhistas. Faziam parte dessa organização os *tabacaleros* e outro grupo predominantemente composto por mulheres.

Naquele momento, o Congresso de 1923 chamou a atenção para uma nova atitude social em relação à mulher. Participaram do congresso 31 associações femininas. A intenção das mulheres consistia em trabalhar junto aos políticos e não contra eles. Portanto, sua aproximação dos que detinham o poder e/ou dos que defendiam questões das mulheres foi de grande importância.

Em linhas gerais, os assuntos tratados no primeiro congresso foram dos mais variados; incluíam desde a participação da mulher na política até o embelezamento de *La Habana*. Um tema presente que encontraremos consolidado na Constituição cubana de 1940 é o relativo ao direito dos filhos ilegítimos.<sup>8</sup> Apesar da heterogeneidade das opiniões, a conclusão do primeiro congresso foi a seguinte:

[...] las mujeres llevarían a cabo campañas políticas para establecer tribunales de mujeres y menores, un sistema de bienestar social, ayuda moral y material a las trabajadoras, la igualdad legal de la mujer, actividades cívicas, acciones contra el vicio y el crimen, el fin de la legislación sobre el adulterio y, más importante aún, la obtención del voto.<sup>9</sup>

Em 1925, Gerardo Machado, candidato pelo Partido Liberal, assumiu a presidência de Cuba. Ele comprometeu-se a acabar com a corrupção e com a Emenda Platt e defendeu programas de obras públicas, educação e serviço social. Machado ofereceu garantias de estabilidade a setores médios, e novos empregos a grupos populares. O caminho adotado pelo presidente foi por ele

---

<sup>8</sup> Segundo Stoner, (2003:83-96), foram abordados no encontro temas como: a abolição da legislação sobre o adultério, a jurisdição da mulher no bem-estar público, a eliminação da prostituição, drogas e álcool, salário digno para a mulher, planos de estudos que incluíam a economia doméstica nas escolas, reformas na educação feminina, o feminismo, as proclamas históricas e nacionalistas e os direitos dos filhos ilegítimos. As opiniões, logicamente, não eram homogêneas. Havia, como já dito, divergências entre as mulheres.

<sup>9</sup> *Federación Nacional de Asociaciones Femeninas* (FNAF). Memoria del primer Congreso Nacional de Mujeres, 1-7 abril, 1923 (La Habana: s/e), 474. Citado por Stoner, op. cit., p. 96.

denominado uma *regeneración* (Riverend, 1985:47). Os programas educativos e de serviços sociais propostos por Gerardo Machado foram ao encontro dos objetivos e anseios das mulheres. Assim, elas tiveram possibilidade de reivindicar, para suas causas, ajuda governamental em âmbito nacional.

Em abril de 1925, em clima de otimismo, foi celebrado o segundo congresso nacional de mulheres. Gerardo Machado e Carlos de la Rosa, respectivamente presidente e vice, estavam presentes na cerimônia de abertura e também assistiram às resoluções finais. Participaram desse segundo congresso 71 organizações de mulheres. A maior discordância entre as presentes no congresso foi quanto aos filhos ilegítimos e às mães solteiras.

Las feministas progresistas desafiaron a la Iglesia y la moral familiar, llamando “falsa divinidad” a los criterios religiosos sobre el comportamiento de la mujer, y recordando que la justicia social exigía libertad económica, política y social para todo el pueblo. Esas feministas propusieron redefinir la familia para incluir a los hijos ilegítimos – no para condenar a las mujeres por tener hijos fuera del matrimonio, sino para rendir homenaje a ese poder de haber dado la vida –, acabar con la prostitución y proporcionar empleo y respetabilidad a las ex-prostitutas (Stoner, 2003:99).

Embora nem todas concordassem com essas propostas – o que gerou uma maior ruptura entre organizações de mulheres conservadoras e radicais – todas elas defendiam

[...] una veneración por la maternidad tradicional. Sus programas apuntaban a proteger la familia tradicional y la sociedad de clases, y aplicaban soluciones típicas de la clase media (la educación y el bienestar social) a los problemas de la clase baja, como el desempleo, la prostitución, las drogas, la ilegitimidad y la pobreza (Stoner, 2003:102-103).

Em maio de 1927, o presidente Gerardo Machado tentou ampliar seu mandato de quatro para seis anos através da convocação da Assembléia Constituinte. Naquele momento, comprometeu-se a aprovar, legalmente, o sufrágio feminino para as próximas eleições, em 1934.

#### O SUFRÁGIO

A Constituição de 1901 trazia, em seu Título IV, *Sección Primera – de los derechos individuales*: “Todos los cubanos son iguales ante la ley. La República

no reconoce fueros, ni privilegios personales”. No entanto, no que se refere ao sufrágio, a Seção Segunda estabelece:

Todos los cubanos, varones, mayores de veintiún años, tienen derecho de sufragio, con excepción de los siguientes: 1. los asilados; 2. los incapacitados mentalmente, previa declaración judicial de su incapacidad; 3. los inhabilitados judicialmente por causa de delito; 4. los individuos pertenecientes a las Fuerzas de Mar y Tierra que estuvieren en servicio activo (Constitución de 1901, artigo 38).

A ratificação constitucional de 1902, com a anexação da Emenda Platt, mostrou inalterado o artigo 11. No entanto, o artigo 38 possuía uma ressalva:

Todos los cubanos, varones, mayores de veintiún años, tienen derecho de sufragio, con excepción de los siguientes: 1. los asilados; 2. los incapacitados mentalmente, previa declaración judicial de su incapacidad; 3. los inhabilitados judicialmente por causa de delito; 4. los individuos pertenecientes a las Fuerzas de Mar y Tierra que estuvieren en servicio activo.

Las leyes determinarán la oportunidad, grado y forma en que la mujer cubana pueda ejercer el derecho de sufragio. Estas leyes deberán ser acordadas por las dos terceras partes de la totalidad de los miembros componentes de la Cámara y el Senado de la República Constitución de 1902, artigo 38).

Destacamos que, havia um certo tempo, as mulheres aguardavam pelo direito ao sufrágio. A possibilidade da promulgação do voto feminino, oferecida por Machado, representou a concretização de um direito e das expectativas das mulheres. No entanto, existia o temor de que Machado instaurasse uma ditadura e não convocasse eleições para 1934.

O descontentamento político diante da possibilidade de ampliação do mandato de Machado desencadeou oposições estudantis e trabalhistas, bem como uma reorganização das associações de mulheres em Cuba. Houve, assim, a fusão de pequenas associações para formar uma única, a *Alianza Nacional Feminista* (ANF). A ANF, apesar de ser de livre ingresso, em sua maior parte, era composta por mulheres de altos setores sociais. OU A ANF, apesar de ser de livre ingresso, era, em sua maior parte, composta por mulheres de altos setores sociais. Tem-se, portanto, segundo Stoner (2003:123), o êxito do feminismo cubano conforme a posição social de suas dirigentes. Em junho de 1932, a proposta do sufrágio feminino foi apresentada novamente ao Congresso e,

mais uma vez, vetada. Os argumentos eram: a inferioridade biológica da mulher, sua constituição política inadequada, entre outros.

O governo de Machado não conseguiu agradar setores excluídos de um cooperativismo político, ou seja, grupos excluídos de uma política de prebendas e privilégios (Riverend, 1985:46), e nem conter movimentos populares. Os descontentamentos cresceram frente à crise de 1929 e a oposição à Machado desencadeou greves, tentativas de insurreições, atentados e sabotagens. Diante dessa situação, F.D. Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, enviou Summer Welles como embaixador encarregado de encontrar uma saída para a crise em Cuba. Em 12 de agosto de 1933, um golpe militar derrocou Machado, que não resistiu às pressões e fugiu, deixando as mulheres sem o efetivo direito ao sufrágio.

Carlos Manuel de Céspedes assumiu a presidência depois de Machado, e logo foi substituído por uma junta de governo de cinco membros, dentre eles estavam Grau San Martí e Antonio Guiteras; eles tinham o apoio de estudantes e de parte das forças armadas. Grau revogou a Emenda Platt e aprovou decretos que procuraram corrigir a injustiça social e apaziguar os estudantes e as mulheres. Dentre os decretos sancionados por Grau, o de número 41 concedeu matrículas universitárias gratuitas (Cuba, decreto 41, de 1934); outro – o decreto 1693 – firmou o estabelecimento de uma jornada de trabalho de oito horas. Em edição extraordinária de 02 de janeiro de 1934, foi promulgado o decreto número 13, pelo qual foram convocadas eleições para:

Todos los cubanos sin distinción de sexo, mayores de 20 años, tendrán derecho a votar los Delegados a la Convención Constituyente, salvo los exceptuados en los cuatro incisos del Artículo 38 de la Constitución de 1901 (Cuba, decreto 13 de 1934).

Grau renunciou em 15 de Janeiro de 1934. Carlos Mendieta, presidente provisório, encontrou um problema jurídico para solucionar quanto ao voto feminino. Havia indagações acerca da legitimidade da atribuição do voto às mulheres por um governo provisório. Após várias discussões, a resolução final foi contemplada com uma constituição provisória, e, em seu Título IV – *Sección Secunda* –, a *Ley Constitucional del 03 de febrero de 1934* regia:

Todos los cubanos de uno u otro sexo tienen derecho de sufragio activo y pasivo en las condiciones y con los requisitos y excepciones que determinen las Leyes. El sufragio popular determinará la forma de gobierno de la República y la designación de sus mandatarios (Ley Constitucional del 03 de Febrero de 1934, artigo 39).

La legislación que promulgue el Gobierno provisional fijará las condiciones en que pueda ser ejercitado el derecho de sufragio, así como las Leyes y el procedimiento, que aseguren la pureza del mismo (Ley Constitucional del 03 de Febrero de 1934, artigo 40).

Ramón Grau San Martí organizou um governo provisório em meio a uma situação turbulenta. Ele teve o apoio das forças do comandante em chefe do exército, Fulgêncio Batista y Zaldívar, e de Antônio Guiteras. Foi em tal contexto que Batista, proveniente de família camponesa, despontou como homem forte e passou a ser visto com confiança pelos Estados Unidos. Suas forças atuaram contra manifestações populares. A frágil unidade interna fez com que San Martí renunciasse em 1934.

Um clima de instabilidade política continuou permeando Cuba entre 1934 e 1952. Batista, San Martí e Prío Socarrás assumiram alternadamente o governo. Segundo Pérez-Stable, entre 1934 e 1940, forjou-se um novo consenso para governar Cuba. Depois de 1934, quando a Emenda Platt foi revogada e os Estados Unidos renunciaram a intervir na ilha, Batista e o novo corpo de oficiais deixaram de ser um apêndice do governo de turno e se converteram em árbitros da política. Esse período pode ser chamado como *pax batistiana*, ou seja, ao mesmo tempo em que administrou com rigidez, Batista atendeu parte das demandas reformistas dos anos 1920, tais como:

En 1937 anunció un programa económico y social de tres años que incluía planes para la creación de un banco nacional, apoyo a la diversificación agrícola, garantías para la tenencia de tierras, reparto de beneficios entre los hacendados y los colonos, distribución de las tierras públicas entre las familias campesinas, aprobación de una legislación laboral y aplicación de reformas en la educación y la salud pública.<sup>10</sup>

Alguns desses programas foram ao encontro de anseios e reivindicações das organizações de mulheres que, em seu terceiro congresso, realizado em 1939, discutiram assuntos como o bem-estar social, educação, ao trabalho e legislação penal e familiar. Elas reivindicavam:

(...) asistencia médica gratuita y garantías de techo y comida para las mujeres pobres y sus hijos. (...) la misma paga por el mismo trabajo, igual derecho al trabajo,

<sup>10</sup> Plan Trienal de Cuba. La Habana, Cultural, 1938. Citado por: Pérez-Stable, 1998:83.

protección especial para las mujeres en el puesto de trabajo, un análisis de las necesidades de la campesina y subsidios de maternidad. Las leyes sobre la familia debían modificarse para que la mujer pudiera acceder al control de la natalidad, para que los hijos legítimos e ilegítimos tuvieran iguales derechos, y para que la esposa tuviera la misma autoridad legal en la familia que el marido. Además, se ocuparon de la prostitución y la delincuencia femenina, y promovieron estudios sobre el contexto social y económico de las mujeres criminales.<sup>11</sup>

Notamos, dessa forma que as mulheres queriam condições que as amparassem social, econômica e politicamente na sociedade cubana.

Em 1939, o presidente da república, Federico Laredo Brú, decidiu ser mediador entre representantes da oposição e o coronel Fulgêncio Batista para elaborar um projeto constitucional. Ramón Grau San Martín, Batista, Mario García Menocal, Joaquín Martínez Sáenz e Miguel Mariano Gómez aceitaram selar o *pacto de conciliación* que culminou na Constituição de 1940, a qual, segundo Néstor Carbonel-Cortina, doutor em direito pela Universidad de Villanueva e membro do Council on Foreign Relations, pode ser considerada como:

[...] la obra cumbre de la República. Dando amplias muestras de madurez política y patriotismo, los delegados a la Convención Constituyente cerraron una década de convulsiones revolucionarias e inseguridad jurídica, y le dieron a Cuba una Constitución previsor y avanzada, sin injerencia extraña. Una Constitución que no es de nadie y es de todos, porque es patrimonio de la nación (Carbonell-Cortina, 2005).

No mesmo ano foram celebradas eleições e Fulgêncio Batista tornou-se presidente de Cuba. Segundo Pérez-Stable (1998:87), a eleição de Batista representou tanto uma ruptura quanto uma continuidade: ao mesmo tempo em que ele era parte de uma nova geração de líderes políticos que representava o rechaço às velhas concepções, Cuba continuava crescendo economicamente, baseada cada vez mais na cota de açúcar destinada ao mercado estadunidense. Batista governou até 1944, seguido por Grau San Martí até 1948, quando Carlos Prío assumiu o governo, que foi interrompido em 1952, com o golpe militar de 10 de março, liderado por Batista. Esses três presidentes, durante

---

<sup>11</sup> Diarios de Sesiones del Congreso Constituyente, 18 de mayo de 1940, 6. Citado por Stoner, op. cit., p. 222.

toda a década de 1940, exerceram com intensidade seus poderes executivos. Houve, durante toda a década de 1930, um grande número de reformas na Constituição e um volume considerável de decretos-leis sancionados. Quanto aos anseios de mulheres organizadas em grupos femininos, alguns se concretizaram com a instauração da Constituição de 1940 (essas leis serão abordadas no terceiro capítulo). As décadas de 1930 e 1940 são consideradas como o período no qual as “feministas” obtiveram alguns êxitos (Instituto Jacques Maritain de Cuba 2000:41).

#### A MULHER NO PROCESSO DA REVOLUÇÃO (1953-1959)

As expectativas para as eleições em 1954 se viram frustradas frente ao golpe de Fulgêncio Batista, que era apoiado pelos Estados Unidos. Batista governou a ilha de 1952 até os últimos dias do ano de 1958. A historiografia, bem como outros escritos insistem que, em seu governo, teria existido a promoção do grande turismo internacional, a cargo dos hotéis-cassinos, centros de recreação, cabarés, prostituição, clubes e lugares noturnos, entre outros (Cirulles, 1995:89-114).

Durante o governo de Batista, despontaram setores populares e, em especial, a geração jovem. Influenciados pelo pensamento de José Martí, estudantes e jovens em geral se posicionaram contra o governo de Batista. Dentre os jovens mais radicais dos cursos universitários, despontou a figura de Fidel Castro, estudante de direito da Universidad de *La Habana*.

Em 1953, Fidel Castro organizou um grupo para atacar o quartel de Moncada, o que, militarmente, foi um desastre e culminou com a prisão de vários insurretos. Encontramos representadas, em destaque, as participações de algumas mulheres nesse episódio. Deve ser dada evidência para Haydée Santamaría e Célia Sanchez.<sup>12</sup> Mais do que apresentar participações de mulheres em todo o processo, até 1959, encontramos relatos e estudos que destacam a forma grandiosa com que as cubanas já vinham despontando, diante de alguns problemas e circunstâncias, no âmbito nacional – como ajudantes e mesmo como militares. A figura feminina é representada em uma retórica que a enaltece nas guerras pela independência e nos anos de 1930 (La Villa, 2000:49-66).

<sup>12</sup> Segundo Smith e Pádua (1996:32), “Célia foi a primeira mulher da geração revolucionária a ter um monumento construído em sua honra – e a única mulher revolucionária a alcançar o *status* pós-morte de Che Guevara e Camilo Cienfuegos”, [trad. nossa].

É possível destacar dois grupos de mulheres que surgiram logo depois da Revolução de 1952, quando Fulgêncio Batista tomou o poder: o *Frente Cívico de Mujeres Marianas*,<sup>15</sup> com o propósito de aprofundar e difundir o pensamento de Martí para fortalecer o espírito nacional, e o grupo *Mujeres Opositoristas Unidas*, que se uniu aos familiares dos detidos durante o governo de Batista.

Em Cuba, no ano de 1958, do total de mulheres economicamente ativas, 85% eram donas-de-casa. Em épocas de auge da safra da cana-de-açúcar, segundo Loyola Brandão, jornalista e escritor, as mulheres representavam 17% da força de trabalho. Nesse setor, a proporção de mulheres no serviço doméstico e em outras atividades de baixa produtividade era de, aproximadamente, 70%. Outro caso era o das camponesas que, em certas ocasiões, se mudavam para a cidade e terminavam exercendo atividades como a prostituição (Brandão, 1979:73).

Encontramos, em trabalhos após 1959, de forma retórica, a visão heróica da participação de mulheres no decorrer da revolução. Tanto na *Sierra* como nas cidades, elas teriam lutado e também escondido revolucionários considerados furtivos e perigosos. Nesses trabalhos, elas foram representadas como pessoas que tinham as seguintes incumbências: ajudavam a transportar homens e armas, serviam de conexão entre a *Sierra* e a cidade, arrecadavam fundos, organizavam redes clandestinas, manifestações, greves, ou mesmo distribuía panfletos. Na *Sierra Maestra*, a participação feminina estaria relacionada à formação de pelotões de mulheres, como o *Mariana Grajales*, composto apenas por mulheres e liderado por Isabel Rielo (Moraes, 2001:110).

Segundo Smith e Pádua, a imagem que se fixou da luta contra o governo de Fulgêncio Batista foi a dos “heróis” Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos entrando com tanques em *La Habana*, em janeiro de 1959. Ainda que significativas, a oposição do povo cubano ao governo de Batista e a participação de mulheres pertencentes a distintos setores sociais (de donas-de-casa a profissionais liberais) não são retratadas de forma particular, pois

[...] as mulheres exerceram seu papel [tido como] tradicional como ajudantes – arrecadando dinheiro, dando abrigo, ensinando, alimentando. Como mensageiras, elas exploravam a imagem do estereótipo de mulheres como inocentes e incompetentes e

---

<sup>15</sup> Fundada em 1952, era composta por quase mil mulheres de diferentes setores sociais. Heterogêneo, incluía comunistas ortodoxas e outras que não eram afiliadas políticas, todas tinham como objetivo o fim do governo de Batista e eleições livres. Ver: Smith; Pádua, 1996:26.

puderam, assim, anular a polícia do ditador. Mas as mulheres também fizeram papéis [ditos] mais centrais, ocupando posições chaves na clandestinidade urbana e na Sierra. Mulheres advogadas representaram revolucionários presos. Mulheres fabricaram e plantaram bombas e lançaram coquetéis Molotov. E *algumas* [grifo nosso] mulheres entraram para o panteão de mártires revolucionários (Smith e Pádua, 1996:22-24).

O governo revolucionário instaurado teve a intenção de alcançar metas, de realizar, na ilha, projetos e mudanças, sobretudo a partir de 1961, nos âmbitos econômico, político e, principalmente, social. Diante de um passado interpretado pelo novo governo como sendo cheio de opressões, desigualdades e preconceitos, o Estado Socialista cubano pretendeu mudar, além da economia e da política, a sociedade. Todas as mudanças estiveram direcionadas a formar uma sociedade igualitária, planificada, voltada não para a competição entre os cubanos, mas para o auxílio mútuo. Assim, o apoio da família e, dentro desta, da mulher foram importantes (Séjourné, 1980).

Entre 1959 e 1961, segundo a ex-ativista do MR-26 de julho e integrante do Instituto Jacques Maritain de Cuba, Raquel La Villa, Cuba esteve em ebulição. Por todas as partes, surgiam focos de atividades e, em todos, estavam mulheres. Parecia que já se havia quebrado o dique dos estereótipos culturais.<sup>14</sup> Grupos diversos de mulheres se fundiram na *Federación de Mujeres Cubanas*. Essa unificação de todos os setores de mulheres dentro da revolução constituiu uma força, uma força entusiástica, uma força em números, uma grande força e uma força decisiva para a revolução (Fidel Castro, 1960).<sup>15</sup>

O objetivo da *Federación* foi integrar a mulher à nova sociedade. Foram criadas revistas próprias da federação, *Mulheres e Romances* (posteriormente, chamada *Muchacha*), que tratavam sobre os assuntos mais diversos como higiene, saúde, notícias gerais, política, poesia (Ribeiro, 1979:91-94). Segundo Smith e Pádua (1996:36), a *Federación* teve, sobretudo para as donas-de-casa, um significado especial:

---

<sup>14</sup> Eni de Mesquita Sâmara (1990/91:227-240), “Nos discursos dos ‘machistas’ ibéricos [as mulheres] são perigosas, tagarelas e comprovadamente incapazes. Em várias outras sociedades, os argumentos se repetem, em grau maior ou menor [...]. É evidente que os pioneiros ibéricos transportaram para o ultramar essa marca antifeminista, assimilável de forma vigorosa na sua cultura em atitudes, comportamento e valores”. Mesmo não podendo ser generalizado, “a construção dos grandes arquétipos e a mulher como transmissora da cultura estão muito presentes na literatura feminista das últimas décadas [sobretudo 70 e 80]”.

<sup>15</sup> Smith e Pádua (1996:33), [trad. nossa].

[a FMC] foi particularmente importante para as donas-de-casa que, por várias razões, não puderam “sair às ruas” para procurar emprego ou participar em trabalho voluntário. Também deu às mulheres oportunidade para se socializarem longe de seus maridos [trad. nossa].

A FMC apresentava-se como uma organização intensamente hierárquica, assim como todas as organizações de massa em Cuba.<sup>16</sup>

Com o intuito de promover a igualdade da mulher na sociedade como um todo, a FMC foi uma das organizações que participaram da elaboração de leis na década de 1970.<sup>17</sup> Dentre as leis, a de maior relevância para nosso trabalho é o *Código de Família de 1975*. Esse código instituía juridicamente a família e defendia a igualdade da mulher, os direitos dos filhos e outros preceitos similares referentes à família. A FMC foi, em tese, um meio que as mulheres encontraram para agruparem-se e exercerem poder e influência, não só dentro do partido comunista e em setores ligados ao governo, mas também na sociedade.

Segundo Smith e Pádua (1996:55), talvez porque a maioria das iniciativas para ‘igualdade sexual’ na Cuba revolucionária não tivessem vindo delas mesmas, mas de elites masculinas, as mulheres, por anos, mostraram mais interesse na obtenção de assistência estatal para aliviar deveres familiares, que em uma crescente representação feminina no poder. Que o governo pudesse ter mais empenho em relação às necessidades das mulheres, se ele possuísse mais mulheres em posições políticas, parecia não ser uma visão amplamente assegurada [trad. nossa].

A imagem de mulher revolucionária foi muito enaltecida após 1959. Com a declaração do caráter socialista da revolução, em 1961, o novo governo procurou demonstrar em seus discursos e práticas o quanto a mulher fora, é e sempre seria fundamental para o país. Ao longo da década de 1960 e 1970, podemos notar que, nos discursos, ela apareceu sempre entrelaçada a elemen-

<sup>16</sup> Quando falamos em organizações de massa em Cuba, segundo Péres-Stable (1998:210-232), não podemos esquecer que: “Dentro del sistema unipartidista, resultaba imposible lograr una división entre la dirección política, la administración estatal y los órganos de representación popular”.

<sup>17</sup> A partir da década de 1970 se iniciou em Cuba o processo de institucionalização da revolução, processo acelerado de 1972 em diante. Fortalecidas as organizações de massas e o Partido comunista de Cuba, estabilizada a direção do aparato econômico a partir da nova organização do Conselho de Ministros e a criação de seu comitê executivo, estavam dadas as premissas para avançar na criação do conjunto das instituições representativas do estado. [...] o governo revolucionário e o partido comunista [“contando com participação popular”] começaram a elaborar uma série de corpos legais reguladores dos aspectos essenciais da estabilização das instituições estatais [...]”. Guevara, 1979:399.

tos como trabalho, conquista da mulher e o novo Estado, tal como se demonstra neste trecho da publicação oficial do Ministério da Justiça sobre o assunto:

La mujer cubana ha sido, históricamente, una abanderada de los principios más puros de la dignidad humana y, por ello, una combatiente decidida y tenaz no sólo en la larga lucha librada por nuestro pueblo, encaminada a la conquista de su independencia plena, sino también por el reconocimiento universal de sus derechos sociales, políticos y económicos. (Cuba, Ministerio de Justicia, 1977:1).

Vilma Espín de Castro, presidente da FMC, proferiu, em nome da Federación, a seguinte mensagem ao Ministério da Justiça de Cuba:

La mujer cubana, que dió forma desinteresada su aporte decidido a la lucha, no vio frustradas sus esperanzas y anhelos una vez más, sino por el contrario, ella es prueba real de los logros obtenidos en este corto período [texto escrito em 1977] del proceso revolucionario.

Como trabajadora, como madre, ante las tareas del hogar, como formadora de la nueva generación, tiene la mujer cubana en la sociedad socialista su apoyo y baluarte infranqueable (Cuba, Ministerio de Justicia, 1977:3).

Nessa mensagem, podemos destacar os atributos ligados à cubana e que foram enfatizados também em outros momentos da história da ilha: mãe, trabalhadora, lutadora no lar e na vida, e uma das responsáveis pela formação de “novos” cidadãos cubanos.

Todos os aspectos abordados contribuíram para optar-se pela figura da mulher como elemento privilegiado em nosso estudo e para uma reflexão sobre o que ela representava para o Estado socialista. A mulher foi vista nas legislações da década de 1970 – *Código de Familia de 1975 e Constitución de la República de Cuba de 1976* – de forma “igualitária”. Para embasar nossas análises sobre as supostas inovações e reconhecimentos que a legislação da década de 1970 trouxe, buscamos algumas referências sobre a mulher em legislações anteriores: *Código Civil de 1918*, alguns decretos-leis da década de 1930 e a *Constitución de 1940*.

As leis, portanto, são instrumentos que viabilizam (não de forma total, mas legal e ideal) a análise da mulher como cidadã em um caso peculiar – no socialismo cubano. A mulher teria sido relevante na história da ilha e vista como heroína pelo Estado socialista, assim, naquele momento de mudanças substanciais, ela não poderia ser ignorada. ■■

## BIBLIOGRAFIA

*Fonte*

- Cuba. Constitución de 1901. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01361619780139727644802/index.htm>. Acesso em: 11 set. de 2001.
- CUBA. Constitución de 1902. Orden militar número 181, de 20 de mayo de 1902. Disponível em: [www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/00362952311158373087857/index.htm](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/00362952311158373087857/index.htm). Acesso em: 11 set. de 2001
- Cuba. Constitución de la República de Cuba (1976). In: BRASIL. *Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras*. Brasília: Senado Federal, 1987. pp. 319-354.
- Cuba. Decreto 41. Gaceta Oficial, La Habana, enero 5 de 1934, pág. 164. Disponível em: [www.autentico.org/oa33011.php](http://www.autentico.org/oa33011.php). Acesso em: 25 jun. de 2005.
- Cuba. Decreto número 13. Gaceta Oficial, la Habana, 2 de enero de 1934. Disponível em: [www.autentico.org](http://www.autentico.org). Acesso em: 25 jun. de 2005.
- Cuba. Ley Constitucional del 03 de Febrero de 1934. art. 39. Disponível em: [http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12837218648925940765435/p0000001.htm#I\\_7\\_](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12837218648925940765435/p0000001.htm#I_7_). Acesso em: 24 mai. de 2005.

*Obra completa*

- Brandão, Ignácio de Loyola. *Cuba de Fidel: viagem à ilha proibida*. São Paulo: Livraria Cultural Editora, 1979.
- Cirules, Enrique. *O Império de Havana*. São Paulo: Scritta, 1995.
- Comisión Nacional Cubana de la Unesco (Cuba). *Cuba y la Conferencia de Educación y Desarrollo Económico y Social, celebrada en Santiago de Chile del 5 al 19 de marzo de 1962*. La Habana, 1962.
- Cuba. Ministerio de Justicia. *La Mujer em Cuba Socialista*. La Habana: Empresa Editorial Orbe, 1977.
- Cuba. Ministério de Justicia. *La Mujer em Cuba Socialista*. La Habana: Empresa Editorial Orbe, 1977.
- Fernandes, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- Gillette, Arthur. *A revolução educacional cubana*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.
- Guevara, Ernesto. *El socialismo y el hombre en Nuevo*. Edición preparada por José Aricó. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1979.
- Instituto De Investigaciones Culturales Latinoamericanas. *Cuba, 1959-1991: evaluando el Castrato*. Tijuana, 1991.
- Instituto Jacques Maritain de Cuba. *La mujer cubana: historia e infrahistoria*. Miami: Ediciones Universal, 2000.

- Manual Informativo, *A criança em cuba: 20 anos de Revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino-americano, 1980.
- Moraes, Fernando. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Moreno Fragnals, Manuel. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. 2 volumes. São Paulo: Hucitec; Editora Unesp, 1987.
- Pérez-Stable, Marifeli. *La revolución cubana: orígenes, desarrollo y legado*. Madrid: Editorial Colibrí, 1998.
- Randall, Margaret. *Mujeres en la revolución*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1978.
- Sader, Emir. *A revolução cubana*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.
- Séjourné, Laurette. *La mujer cubana en el quehacer de la historia*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1980.
- Smith, Lois M. e Padula, Alfred. *Sex and revolution: Women in Socialist Cuba*. New York: Oxford University Press, 1996.
- Stoner, K. Lynn. *De la casa a la Calle: el movimiento cubano de la mujer en favor de la reforma legal (1898-1940)*. Ciudad de México: Editorial Colibrí, 2003.
- Vassi, Cassia. *A família cubana segundo o Código de 1975: novos homens, mulheres e crianças*. Trabalho de Conclusão de Curso. Unesp/Franca, 2003. 61 f.
- Vega Cobiellas, Ulpiano. *Nuestra America y la evolucion de Cuba*. La Habana: Cultural S.A., 1954.
- Winocur, Marcos. *Las clases olvidadas en la revolución cubana*. Barcelona: Editorial Crítica Grupo Editorial Grijalbo, 1979.

#### Capítulo da obra

- Fountine, Pacal. A América Latina e a experiência comunista. In: Courtois, Stéphane (et. al.). *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. Bertrand Brasil, 1999. pp. 769-789.
- La Villa, Raquel. La mujer en la lucha contra las dictaduras. In: Instituto Jacques Maritain de Cuba. *La mujer cubana: historia e infrahistoria*. Miami: Ediciones Universal, 2000. pp. 49-66.
- Riverend, Julio le. Cuba: del semicolonialismo al socialismo (1933-1975). In: González Casanova, Pablo (coord.). *América Latina: historia de medio siglo*. Vol. 2 – Centroamérica, México y el Caribe. Iztapalapa: Siglo Veintiuno Editores, 1985. p. 39-86.

#### Artigos

- Domínguez, Jorge I. Derechos políticos y el sistema político cubano. *Revista Occidental – Estudios Latinoamericanos*. Año 01, número 2, 1984. pp. 249-281.

Ribeiro, Maria Teresa. Uma libertação que não está só no papel. *Escrita/Ensaio*. Vol. 03, n. 05, 10/12/1979. pp. 91-94.

Samara, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. *Revista Brasileira de História*. vol. 11, n.º 21, set. 1990/fev. 1991. pp. 227-240.

#### *Referências eletrônicas*

Carbonell-Cortina, Néstor. *La Constitución de 1940: simbolismo y vigencia*. Disponível em: <http://www.autentico.org/oa09080.php>. Acesso em: 20 jun. de 2005.

Cuba. *Manifiesto de Montecristi*. Disponível em: <http://www.autentico.org/oa09006.php>. Acesso em 25 jun. de 2005.